ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR CARLOS MUNIZ
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 174/19 do vereador José Trindade e 175/19 do vereador Marcos Mendes; Projetos de Indicação n.s 308/19 do vereador Demétrio Oliveira e 309/19 do vereador Marcos Mendes; Projeto de Resolução n. 70/19 do vereador Sérgio Nogueira; e Requerimentos de licenças de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, no **Pinga-Fogo**, a vereadora Cátia Rodrigues comentou sobre o Projeto do Estatuto

da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa, afirmando que ele era inconstitucional e que, em vez de reparação, promoveria segregação entre os negros de religião de matriz africana e os negros de outras vertentes religiosas. Indagou se a reparação não seria para todos os negros e afirmou que o Projeto era contra os negros não-praticantes de religião de matriz africana. Afirmou ainda que o Projeto trazia privilégios para os praticantes de religião de matriz africana e criticou o seu art. 61, afirmando que se pautava por parâmetros subjetivos. Pediu que os pares revisassem o Projeto. O vereador Carlos Muniz leu a notícia de que a Prefeitura concedera, neste mês, licença ambiental de três anos ao consórcio empresarial que construía o Centro de Convenções. Alertou que a obra vinha sendo realizada, desde outubro, sem licença ambiental, sublinhando seu respeito pelo secretário de Desenvolvimento e Urbanismo, Sérgio Guanabara, e afirmando que esse gestor não concordaria com tal situação. Afirmou ainda que os vereadores haviam sido enganados pelo Executivo e que sua crítica era construtiva, pois desejava que uma obra de tamanho porte estivesse em condições legais. Pediu que a Casa emitisse ofício ao secretário Sérgio Guanabara buscando esclarecimentos. O senhor presidente determinou que a Diretoria Legislativa (Direl) oficiasse o secretário e estimou que a situação se esclareceria. O vereador Paulo Magalhães Júnior reputou a denúncia do vereador Carlos Muniz vazia e baseada em informação atrasada. Elogiou a gestão do prefeito ACM Neto e a obra do Centro de Convenções, considerando que as críticas vinham de quem não tinha conhecimento sobre parâmetros técnico-legais aplicados a esse tipo de realização. Rejeitou a "politicagem" feita para "jogar pra torcida", afirmando que o povo estava saturado disso e esperava reformas para o País crescer. Pediu respeito ao prefeito e ao secretário Sérgio Guanabara. Pela ordem, o vereador Carlos Muniz disse que sua denúncia não era caluniosa e reafirmou que a obra não tinha licença, pedindo que fosse apresentada licença anterior a este momento. O vereador Sidninho disse que denúncias deveriam ser levadas a sério e considerou escandaloso uma obra ser realizada sem licença, indagando como seria se

houvesse um acidente nessas condições. Afirmou que empresas grandes eram beneficiadas com esse tipo de situação, diferente do que havia quando se tratava de pessoas humildes, e lembrou casos em que o Executivo foi questionado quanto a práticas suspeitas, destacando ser função do Legislativo fiscalizar o outro Poder. Disse que a Oposição exigiria resposta sobre o Centro de Convenções. O vereador Teo Senna saudou os agentes de endemias. Contou ter visto o filme Zeferinas – Guerreiras da Vida, destacando a guerreira Zeferina, antiga líder quilombola associada à luta das mulheres contemporâneas da Cidade de Plástico, a qual fora objeto de uma obra de inclusão que mudou a realidade dos seus habitantes. Apontou que a Oposição não falava sobre algo tão importante e destacou os progressos experimentados pelos habitantes da antiga favela, afirmando que, atualmente, eles tinham um bom local para viver. Disse que a Oposição falava dos mais pobres apenas com relação a sofrimentos e se calava sobre algo positivo, tendo votado contra o Projeto que transformou a Cidade de Plástico. Pela ordem, o vereador Carlos Muniz declarou que era da Oposição e discordava da crítica do orador, afirmando que apenas votava contra algo por convicção e que aceitava projetos do Executivo benéficos à população, mas não, os que tinham problemas. Foi votada e aprovada a mudança da sede da CMS no dia 3 de junho para a realização da Câmara Itinerante. Foram também votadas e aprovadas as licenças das vereadoras Ana Rita Tavares (21 e 22 de maio) e Ireuda Silva (27 de maio). Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior reiterou que havia vereador fazendo acusações sem o necessário conhecimento técnico. O vereador Sílvio Humberto disse que, se beneficiar a população fosse uma regra, os governistas não teriam de vir à Tribuna da maneira como vinham. Defendeu o Estatuto da Igualdade Racial, criticando a intolerância e a obtusidade em manifestações contrárias ao Projeto, e evidenciando tudo o que as pessoas negras viviam de desfavorável. Considerou que essas manifestações se deviam à não-leitura do Projeto e a uma visão curta sobre o racismo. Afirmou que Salvador poderia viver um salto de qualidade, o qual não acontecia porque a maioria de sua população

vivia sob entraves que, com o Estatuto, se tentava superar. Afirmou ainda que o Estatuto proposto era o possível, e não, o ideal, e se dirigia a todos os negros da Cidade, sendo que a questão religiosa nele presente se devia à desigualdade em que viviam as religiões de matriz africana, as quais chegaram a não contar com a imunidade tributária das demais religiões. Em comunicação inadiável, o vereador Odiosvaldo Vigas leu o poema Saudade, do professor Germano Machado, em homenagem aos 93 anos que ele completaria nesta data se estivesse vivo. Em comunicação inadiável, a vereadora Ana Rita Tavares, em referência à fala do vereador Teo Senna, disse que a Prefeitura não tratou corretamente dos animais da antiga Cidade de Plástico e questionou ato administrativo relativo a isso. Em comunicação inadiável, a vereadora Marcelle Moraes agradeceu ao secretário Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, Leo Prates, por acolher pedido seu referente a animais e moradores de rua. O senhor presidente saudou a presença do secretário e ex-vereador Leo Prates, que estava na Casa para expor sobre Projeto do Executivo logo após a Sessão. Nas **Representações Partidárias**, o vereador Moisés Rocha comentou sobre as desigualdades históricas estabelecidas com a escravidão e o racismo. Lembrou que a Constituição Federal (CF) criou as bases para haver o crime de racismo. Lembrou ainda o clima que envolveu a criação do Estatuto da Igualdade Racial nacional, esperando que houvesse o mesmo na CMS. Esclareceu que o Estatuto a ser votado combatia o racismo contra todos os negros e que a extensão à religião se devia à perseguição sofrida pelas religiões de matriz africana, as únicas que eram agredidas no País. Sobre as ações na Cidade de Plástico, fez crítica e disse que a Prefeitura criava *marketing* positivo a respeito. O vereador Ricardo Almeida parabenizou o senhor presidente pela vacinação trazida aos servidores da Casa. Contou haver tomado o trem do Subúrbio numa madrugada, encontrando-o abandonado, e criticou o Governo do Estado. Afirmou que acontecia um princípio de incêndio em um vagão do trem, explicando não ter havido vítimas mas observando que o fato confirmava um risco já percebido, como o da lancha que acabou naufragando na

travessia entre Mar Grande e Salvador, com vítimas fatais. Criticou o governador do Estado por dar atenção apenas ao Metrô e contou que, em sua viagem no trem do Subúrbio, tomou chuva. Pediu que a Casa atentasse ao risco sobre esse trem. Em aparte, o vereador Cezar Leite elogiou o discurso e criticou a Saúde estadual, informando que pacientes haviam sido infectados por moscas. Também em aparte, o vereador Kiki Bispo afirmou que o Governo do Estado tratava mal os mais pobres, dando o exemplo da Feira de São Joaquim. O orador secundou esse aparte, mencionando parques estaduais abandonados. Em comunicação inadiável, o vereador Marcos Mendes informou ataque de evangélicos a um terreiro de Candomblé na Bahia e pediu a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial no dia seguinte. A vereadora Marta Rodrigues informou que 28 de maio é o Dia de Combate à Mortalidade Materna, que vitimava principalmente mulheres negras. Também pediu a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. O senhor presidente parabenizou a vereadora Marta Rodrigues pela divulgação que deu à Comissão de Direitos Humanos. Nada mais havendo, e em cumprimento a compromisso com o secretário Leo Prates, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Demétrio Oliveira e Henrique Carballal.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO